Editais nº 759959
Disponibilização: 08/02/2024
Publicação: 08/02/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infra estrutura

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900
Telefone:

ATA da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FMSAI

Encaminhamos para publicação a Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FMSAI, documentado no processo 6014.2023/0004472-2, e versão em pdf com numeração no documento 097944626.

Data: 13/12/2023 às 14:00

Local: Online Plataforma TEAMs

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro de 2023 às 14:00hs, foi realizada via videoconferência Plataforma TEAMs – a Vigésima Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI. **(1) Instalação da 20ª Reunião Ordinária**. Havendo quórum, a reunião foi instalada pela Vice Presidente do Conselho Gestor do FMSAI – Secretária Municipal do Verde e Meio Ambiente Tamires Carla de Oliveira que cumprimentou a todos registrando a presença: do Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB – Secretário Adjunto Sidney Nery, da Conselheira Suplente da Secretaria Municipal de Gestão – SEGES – Secretária Adjunta Regina Maria Silverio, do Conselheiro Suplente da Secretaria do Governo Municipal – SGM – Secretário Adjunto Clodoaldo Pelissioni, do Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL – Secretário Adjunto José Armênio de Brito Cruz, do Conselheiro Titular em exercício da Secretaria Municipal da Fazenda – SF – Secretário Fabiano Martins de Oliveira, do Conselheiro Titular da Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB – Secretário Alexandre Modonezi de Andrade, da Conselheira Titular representante do Conselho Municipal de Habitação – CMH – Srª Simone de Castro Melo, da Conselheira Titular representante do Conselho Municipal de Política urbana – CMPU – srª Wellyene Gomes Bravo, da Conselheira Suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES – srª Jaciara Schaffer Rocha e do Secretário Executivo do Conselho Gestor do FMSAI – Ivan Shirahama. Além dos Conselheiros, participaram da reunião como convidados: o assessor de SEHAB sr. Caio Vinícius da Silva Cordeiro, o assessor de SEHAB sr. Diego Xavier Leite, a diretora de SVMA srª Isabella Armentano, o assessor de SIURB sr. Clayton Carmo, a assessora de SMSUB/ATOS Mariana Soares Nunes Lopes, além de convidados pelas Secretarias. O Secretário Executivo do Conselho informou que por motivos de conflito na agenda o Presidente do Conselho não participaria, desta forma a reunião será presidida pela Vice Presidente do Conselho Gestor, Secretária do Verde e Meio Ambiente em exercício. Passou à apresentação dos pontos da pauta da reunião, prosseguiu para **(2) Assuntos para Conhecimento: Posição do FMSAI em 30/11/2023:** Apresentou os valores aprovados pela Resolução 93 e modificações e sua execução até a data: dos R$ 560.770.004,00 aprovados para a SEHAB nos Programas: Mananciais, Urbanização de Assentamentos Precários, Construção de UHs e Regularização Fundiária, foram empenhados R$ 517.821.823,78, liquidados R$ 422.952.268,06 e pagos R$ 416.757.919,26; dos R$ 212.010.000,00 aprovados para SIURB nas ações de Intervenções no Sistema de Drenagem e Compensações Ambientais foram empenhados R$ 199.263.589,51, liquidados R$ 124.056.345,33, e pagos R$ 114.683.328,33; dos R$ 40.110.000,00 aprovados para SMSUB para ações de Intervenção no Sistema de Drenagem e Obras em Áreas de Risco foram empenhados R$ 18.139.730,27, liquidados R$ 5.559.717,36, e pagos R$ 5.559.717,36; e dos R$ 40.110.000,0 aprovados para a SVMA para Construção e Ampliação de Parques Urbanos e Lineares e Construção e Ampliação de Unidades de Conservação foram empenhados R$ 28.454.120,58, liquidados R$ 15.838.302,09, e pagos R$ 15.637.148,36. Totalizando dos R$ 853.000.004,00 aprovados, R$ 763.679.264,14 empenhados, R$ 568.406.632,84 liquidados e R$ 552.638.113,31 pagos. O Secretário Executivo apresentou a posição

financeira do Fundo, que iniciou o exercício com R$ 325.017.616,60 de saldo em caixa, havia Restos a Pagar inscritos no montante de R$ 95.363.932,46, dos quais 24.074.166,82 foram cancelados e 44.145.533,48 foram pagos, informou que foram pagos de 2023 o montante de R$ 552.638.113,31 e R$ 211.041.150,83 estão empenhados a serem pagos. Apresentou os valores dos quatro Repasses da SABESP, fonte de recurso do Fundo, recebidos no Exercício que totalizaram em 30/11 R$ 628.694.552,54, e os rendimentos financeiros no valor de R$ 43.846.875,08, o que resultava numa posição de R$ 199.859.842,74. **(3) Informe sobre Inadimplências PMSP x SABESP:** O Secretário Executivo lembrou que foi estabelecido na Lei e no Contrato que a Companhia tem a obrigação contratual de repassar 7,5% da Receita dos serviços no Município ao FMSAI, e destes são deduzidos os valores das inadimplências dos órgãos e unidades da Prefeitura, que ficam retidos em conta específica administrada pela Companhia. O Comitê Gestor do Contrato aprovou em deliberação que após 365 dias retidos o valores poderiam ser sacados para a quitação do débito. Informou que a SABESP efetua essas quitações deste 2017, e já foram sacados 45 milhões para quitações. Hoje a posição da inadimplência está em 46 milhões. Ressaltou que são efetuados trabalhos em conjunto com SEGES/COBES para tratar das Inadimplências, e que a questão já foi apontada pelo Tribunal de Contas do Município - TCM, destacou que é preciso trabalhar em duas frentes: a primeira é para reduzir novas inadimplências, e a segunda é buscar um reembolso dos valores quitados, conforme determinado pelo TCM. A sugestão é de que seja feita uma suplementação ao Fundo com recursos do Tesouro para investir em obras que poderiam ser realizadas com o Fundo e que eventualmente sejam solicitadas no Tesouro. Destacou que houve dificuldades em conseguir informações atualizadas, por conta da transição que a Companhia está passando, e que a última posição foi enviada na semana anterior, causando espanto os altos valores da inadimplência da Secretaria de Assistencia e Desenvolvimento Social – SMADS, sendo necessário um contato com a Secretaria. Destacou que a posição de R$ 46 milhões em 31/10 enviada pela Companhia considera débitos e outubro e setembro, então boa parte destes serão pagos, mas que descontando os dois últimos meses, ainda temos um montante de 36 milhões de Inadimplência. A Conselheira Suplente de SEGES informou que estão fazendo esse trabalho junto às Secretarais, uma vez que os pagamentos não são feitos por SEGES, mas sim por cada unidade. Destacou o Programa PURA (Programa de Uso Racional da Água) feito em parceria com a a SABESP, e o Projeto SPUsa, que busca reinserir RGIs no Programa PURA, resultando num retorno de 7 milhões, e estima-se que com a ampliação à todas as Secretrias a economia chegará à 35 milhões de reais. A Conselheira Titular do CMPU cumprimentou a todos, e pediu maiores esclarecimentos à Conselheira de SEGES, sobre os valores apontados pela Conselheira e os apresentados como Inadimplência, e ressaltou que os apontamentos já são feitos há quatro anos pelo TCM e questionou se só agora estão sendo tomadas ações. A Conselheira Suplente de SEGES esclareceu que são dois assuntos, um é a questão dos débitos com a SABESP e seu impacto no Fundo, cujo trabalho é feito junto às Secretarias com a Coordenadoria de Bens e Serviços - COBES, outro é esse Projeto lançado em parceria com a SABESP, que dá benefícios às unidades que economizam o uso da água, e estão sendo levantados os RGIs que foram indevidamente excluídos do Programa PURA. Explicou que foi feito um Projeto Piloto com a Secretaria de Cultura, e nesse piloto houve a economia de 7 milhões. E informou que pode passar maiores informações à Secretaria Executiva. A Conselheira Titular do CMPU informou que ainda não ficou clara a questão sobre os débitos com o Fundo, ressaltou que o maior débito é da SMADS e que muitos equipamentos da Secretaria estão terceirizados, então seria necessário fazer um levantamento de quais equipamentos estão sob responsabilidade do poder público e quais não estão tendo suas liquidações pelos parceiros privados, e quais as providências estão sendo tomadas a respeito. A Vice-Presidente do Conselho apontou que a Secretaria Executiva do Conselho Gestor apresentou o cenário, com informações recebidas recentemente, e que tomarão as providências junto com a Gestão. Destacou que Governo está na reunião e poderá entrar em contato com o Secretário de SMADS para fazer esse levantamento do que é público e o que está terceirizado, e evitar que sejam perdidos recursos do FMSAI. E apontou que a Gestão está atuando em outra frente que é a da economia no consumo de água nos equipamentos da Prefeitura. A Conselheira Titular do CMPU apontou que não está clara qual a solução que será tomada. A Vice-Presidente informou que na próxima Reunião serão apresentadas as providências tomadas e seus resultados. A Conselheira Titular do CMPU aponta que a questão já vem de alguns anos, não se tratando apenas de um informe, questiona qual o montante acumulado, pois em relatório do TCM passado o montante já era de mais de 15 milhões, e pergunta de qual período trata o valor apresentado. A Vice-Presidente afirma que não será apenas um informe à SMADS e unidades

inadimplentes, que serão tomadas ações para evitar prejuízo ao Fundo. O Secretário Executivo informa que os saques têm sido anuais por questão operacional da Companhia, mas que poderiam ocorrer no aniversário da conta, então salvo raras exceções, os débitos apresentados são do intervalo de pouco mais de um ano, desde a última operação de saque. Informou que ao longo dos últimos anos foi realizado trabalho junto a COBES para oficiar as unidades inadimplentes, mas que surtiu pouco efeito, menos de 10%. Porém a atual gestão demonstrou empenho em resolver a questão, foi conversado sobre a sugestão apresentada, uma vez que obras que seriam realizadas com recursos do Tesouro poderiam ser realizadas via Fundo, tornando dessa forma o Tesouro como "credor" das unidades e resolvendo a questão apontada pelo TCM. E que acredita que na próxima Reunião tenha uma posição melhor definida. A Conselheira do CMPU solicita que seja apresentada na próxima reunião uma prestação de contas detalhada para dar transparência ao processo. O Secretário Executivo concorda e será apresentada na próxima reunião o andamento dos trabalhos. Passou-se para Assuntos para Deliberação: **(4) Referendar as autorizações Ad Referendum - Resolução 94**, O Secretário Executivo justificou que tendo em vista a proximidade do final do Exercício e os prazos para os trâmites de Suplementação e Empenhos, o Presidente do Conselho Gestor autorizou "ad Referendum" do Conselho Gestor algumas modificações nos Planos de Investimentos da SEHAB, SVMA e SIURB. A saber: a SEHAB necessitava de R$ 200 milhões de reais para continuidade do Programa Mananciais, foi verificado com SF e SGM a possibilidade de Suplementação de parte desta demanda no FMSAI por excesso de arrecadação, no montante de R$ 80 milhões de reais, o que foi autorizado pelo Presidente para evitar paralisação de obras do Programa. A SVMA, para uma melhor utilização de recursos, tendo em vista o cenário atualizado de andamento de algumas obras, identificou a possibilidade de utilização de parte dos recursos aprovados em obras para a realização de algumas desapropriações, que possuem um desembolso mais rápido, desta forma o Presidente do Conselho autorizou o remanejamento de recursos da dotação de Obras para a dotação de Desapropriações, para incluir desapropriação do Parque Praia São Paulo e Parque Linear Nascente do Córrego Ponte Rasa, sem alteração no valor total aprovado à Secretaria. Já a SIURB necessitou de modificação no Plano para incluir três obras emergenciais: Córrego Tijuco Preto no valor de R$ 8 milhões, Córrego Paciência no valor de R$ 17 milhões e Córrego Jacupeval R$ 18 milhões; além de incluir novas áreas na dotação de Desapropriações para frentes de obras: Córrego Zavuvus - Lote 2, Córrego Uberabinha, Córrego Cordeiro, Córrego Tremembé, Itaquera-Itaqueruna, Paciência e Ponte Baixa, no montante de R$ 3.3 milhões. Tais modificações não alteram o valor final do Plano, nem nos valores das dotações, apenas inclusão nominal das obras no Plano. Continuou apresentando a Minuta da Resolução 94 que referenda as três modificações. A Conselheira CMPU questiona SVMA e SIURB sobre quais obras saíram do Orçamento e motivos, e informações sobre as obras emergenciais que entraram. A Vice-Presidente do Conselho Gestor explicou que é normal na gestão o acompanhamento das execuções e os remanejamentos de recursos para cumprimento do que foi estabelecido na LOA, os recursos em questão não são recursos adicionais, mas sim saldos que não serão utilizados nas ações, para uma execução mais eficiente dos recursos. O Secretário Executivo apresenta planilha com o histórico dos valores aprovados, demonstrando quais ações tiveram redução, por exemplo, Parque dos Búfalos, Pinheirinho d'água, alguns casos, como este último, o valor aprovado inicialmente era para licitação, caso a licitação demore mais tempo para sair, provavelmente não conseguirá gastar o mesmo recurso aprovado no início do ano. A Vice-Presidente explica que o Pq. Dos Búfalos teve atraso no licenciamento, e o Pinheirinho já teve licitação, mas que teve uma demora. A Diretora de SVMA ressalta que não teve nenhuma ação retirada do Plano apenas utilização de recursos que não seriam executados neste Exercício, tanto por demora na licitação ou atrasos de obras, sendo remanejados para desapropriações. A Conselheira do CMPU destacou que houve diversas ocorrências recentes no Parque dos Búfalos, que impacta diretamente a população, especialmente a de baixa renda, que mora no entorno do Parque. Destacou a importância do parque para a preservação ambiental, e demonstrou profunda preocupação com essas dificuldades do andamento das ações. E solicitou maiores esclarecimentos sobre as desapropriações. A Vice-Presidente concordou com a indignação sobre as intercorrências com o Parque dos Búfalos, comentou sobre a demora para conseguirem as licenças junto aos órgãos, questão que foi levada pela Secretaria ao Ministério Público. E explicou sobre as desapropriações, o Parque Córrego Ponte Rasa na subprefeitura Penha, e a segunda desapropriação é uma extensão do Parque Praia São Paulo, na orla da Guarapiranga Avenida Atlântica. Passou-se a palavra ao Assessor da SIURB, que reiterou a fala da Secretária do Verde sobre o papel dos gestores na gestão e boa aplicação dos recursos públicos ao longo dos Exercícios,

ressaltou que não houve incremento de valores no Plano, apenas remanejamentos entre objetos aprovados e a inserção das obras emergenciais mencionadas. Destacou que a Secretaria tem a preocupação de deixar obras aprovadas pelo Conselho, uma vez que o Fundo é uma das fontes de recursos utilizadas em suas ações, mas não a única. E ressaltou que todo o detalhamento de quais foram os remanejamentos está no Processo SEI, e reiterou que são necessários para o bom uso dos recursos públicos. E que havendo dúvidas, podem ser enviados questionamentos à Secretaria Executiva. A Conselheira do CMPU agradeceu os esclarecimentos, e questionou sobre ações contra as enchentes que ocorrem nessa época do ano, especialmente na região do Campo Limpo, onde é Conselheira participativa, e que acredita que o FMSAI deveria focar nessas regiões mais vulneráveis. E que as questões sobre remanejamentos são recorrentes, parecendo haver algum problema de gestão, e questionou sobre algumas ações não terem o número do Processo SEI, ou terem números de Processos antigos, para haver um melhor acompanhamento das execuções. E questionou quais ações são pretendidas para esse período citado. O Assessor de SIURB ressaltou que o desafio é grande, destacou a atual gestão do Prefeito Ricardo Nunes, convidou a todos a visitarem o site da Secretaria, em especial o Plano Diretor de Drenagem com os Cadernos de Drenagem, elaborados em parceria com o FCTH, para cada bacia hidrográfica. Lembrou também do Programa de Metas com o objetivo de redução das manchas de alagamentos. E destacou que o objetivo das ações emergenciais é salvaguardar vidas e bens materiais dos munícipes. Sobre o número do Processo, explicou que algumas ações ainda estão em etapa de planejamento, mas que é necessário constar no Plano, uma vez que o Fundo opera por Planos de Investimentos anuais. Destacou que as ações possuem muitas etapas, desde o estudo, projetos até a execução. E garantiu que todas as informações estarão presentes na Prestação de Contas, que as liquidações são feitas dentro de Processos, o que dá transparência à execução. Sobre os Processos antigos, alguns casos são valores residuais, como o caso do Córrego Ponte Baixa, que já foi entregue, mas que ainda existem questões sobre desapropriação. A Conselheira do CMPU aponta que tem acompanhado as obras no Córrego Antonico, Paraisópolis, vê que há ações em andamento, e questiona se há previsão de término das obras, demonstrando principalmente preocupação com a população mais vulnerável. Solicita relatório das ações como solicitado na reunião anterior. O Assessor de SIURB afirma que encaminhará as informações à Secretaria Executiva. A Vice-Presidente informa que da SVMA são previstas 18 ações, das quais duas são desapropriações, e das 16 obras 14 foram licitadas e estão em andamento, sendo possível verificar todas as informações, como Processo, Empresa, Contrato, etc. Informou que as obras que não conseguiram licitar foram: Parque Tatuapé, que será necessário revisar projeto, e uma sede do Parque Cabeceiras do Aricanduva, cujo projeto só ficou pronto em dezembro, a licitação da obra será só no próximo exercício. O Secretário Executivo informa que compartilhou no chat link para as apresentações da próxima Resolução e das Prestações de Contas. A Conselheira do CMPU questiona sobre os 80 milhões que foram suplementados para o Programa Mananciais da SEHAB, lembrou que já foram suplementados na última reunião 200 milhões por superávit para o Programa, se os valores mencionados tratavam da mesma suplementação. O Secretário Executivo explica que foi uma coincidência de valores mencionados, já ocorreu a suplementação anterior de 200 milhões por superávit para o Programa Mananciais, e a Secretaria necessitou de outros 200 milhões, porém nessa segunda o Fundo só poderia aportar 80 milhões por excesso de arrecadação, o restante virá do Tesouro. Desta forma o valor total suplementado para o Programa Mananciais foi de 280 milhões, além do inicialmente aprovado. Apresentou novamente a posição orçamentária em 30/11 para demonstrar que a execução do Mananciais é muito boa, tendo 344 milhões dos 380 já liquidados. Aproveitou a questão levantada sobre o Campo Limpo, para lembrar aos Conselheiros que no site do Fundo há um mapa com a localização da obra, cuja intenção é de se implementar um banco de informações atualizadas constantemente do Fundo. E apresentou também o modelo dos Processos de Prestações, nos quais é possível verificar obra a obra quais foram os pagamentos e verificar a documentação. Ressaltou que o objetivo é uma gestão totalmente transparente. A Conselheira do CMPU questiona se será apresentado os resultados do Programa Mananciais, ou se se dará adiante na Prestação. O Conselheiro da SGM sugere que seja feita uma apresentação do Programa Mananciais, destacou que o Programa tem consumido 100 milhões por mês, não sendo apenas recurso do FMSAI. Informou que na Junta Orçamentária ocorrida mais cedo foram aprovados 160 milhões, ressaltou que é um Programa grande, com Construção de Unidades, Requalificação Urbana, mais de 80 mil famílias beneficiadas, e reiterou a importância de uma apresentação da Prestação de Contas. O Secretário Executivo informou que antecipou e convidou para

Reunião um Assessor do Programa Mananciais para apresentar. A Vice-Presidente questiona se a apresentação não seria feita na Prestação de Contas. O Secretário Executivo destaca que a Prestação é de 2022, não dos recursos em questão de 2023. O Conselheiro da SGM concorda que seja adiante na Prestação, ressaltou os bons resultados do Programa, que corresponde totalmente com a natureza do Fundo. A Vice-Presidente sugere que seja feita posteriormente por questão de tempo. O Secretário Executivo retomou para a deliberação da Resolução 94, apresentou a configuração do Plano atualizado e Minuta da Resolução. Após deliberação a Resolução 94 foi aprovada por maioria, com voto contrário da Conselheira do CMPU, que justificou não ser contrária às justificativas apresentadas pelas Secretarias, mas sim, seguindo apontamento do TCM sobre as modificações no Plano, em especial contrária a utilização de autorização "Ad Referendum", uma vez que se podem convocar reuniões extraordinárias com a participação da Sociedade Civil, havendo mais transparência. Passou-se para **(5) - Proposta de Plano de Investimentos 2024**, iniciando pela apresentação de SEHAB, feita pelo assessor de SEHAB/Obras Sr. Caio Silva Cordeiro, apresentou as obras do Programa de Urbanização de Favelas: Jardim Continental – Parque das Flores, na subprefeitura de São Mateus, com quase 2 mil famílias beneficiadas; Jardim da Paz, na subprefeitura Perus, beneficiando mil famílias; Alfredo Ávila, na subprefeitura de Jaçanã/Tremembé, obras de urbanização e contenções beneficiando quase mil famílias; Jardim Aurora, na subprefeitura Guaianases, em licitação, solicitado apenas um valor simbólico; Jardim Vitória I e II, na subprefeitura Cidade Tiradente, mesma situação da anterior, em licitação, Jardim Arantes, em São Mateus, mesma situação, Sítio das Formigas, em Perus, implantação de escadas hidráulicas, a licitar por isso o valor simbólico também, Morro Doce, também em Perus e mesma situação da anterior, e Domingos da Guia, na Subprefeitura de São Mateus, um projeto finalizado necessitando de pavimentação sobre dutos na rua. E continuou apresentando os Serviços Técnicos do Programa Urbanização de Favelas, dois projetos em finalização: o Manacá da Serra, na subprefeitura de Parelheiros, e o Córrego Colombo, na subprefeitura Butantã. Passou-se a palavra ao assessor de SEHAB/Mananciais Diego Xavier para apresentação das ações no Programa, iniciou explicando sobre a documentação anexada aos processos citados anteriormente justificando a necessidade das suplementações, e resumiu o processo da solicitação até o arranjo proposto por SF de parte da demanda ser atendida pelo FMSAI, passou a apresentar as ações propostas para o Plano de 2024, mantendo os oito lotes do Programa, obras em andamento, a saber: Lote 1 – Boulevard da Paz, com urbanização e provisão habitacional, 2.600 famílias beneficiadas e 780 UHs; Lote 2 – Jardim Arnaldo, Jardim João Manuel Vaz, Jardim Angela II, Costa do Valado, Variações Musicais, Jararaú II, Parque São Francisco, Renato Locchi, Santa Margarida, Vila Santa Zélia, Xamborés I e II e Vila Nordestina, 3.828 famílias beneficiadas e 396 UHs no Vila Nordestina; Lote 3 – Jardim Tancredo, Cavalo Branco, Batista Bassano, Chácara Flórida - Bandeirantes, Puruba Jundiacanga, Jardim Capela, Jardim do Éden, Enlevo e Vila do Sol, 7.057 famílias beneficiadas e 329 UHs no Vila do Sol; Lote 4 – Alto da Alegria, Jardim Rochel, Anthero Gomes do Nascimento, Império I, Jardim São Judas Tadeu, Jardim São Vicente, Jardim Manacás, Jardim Pouso Alegre, Parque São José VI, Parque São José VII, Luiz Rotta, Cocaia / João Cabanas, 3.649 famílias beneficiadas e 1.332 UHS no Anthero Gomes, das quais 84 já entregues; Lote 5 – Fumaça - Neblina - Leblon, Gauicuri, Jardim Castelo, Mata Virgem, Morro dos Macacos, Parque Primavera – Alvarenga, Jardim Apurá, Travessa Mancini, Cocaia / João Cabanas, 5.232 famílias beneficiadas e 1.317 UHS, das quais 40 foram entregues; Lote 6 – Cocaia I, Jardim União, Jardim Gaivotas, Jardim Gaivotas II, Nova Grajaú II, Tangará, e Cocaia I / João Cabanas, 5.273 famílias beneficiadas e 1.037 UHs; Lote 7 – Cantinho do Céu - etapas 2 a 7, Monte Verde, Pabreu, Cocaia / João Cabanas, Chácara do Conde, 14.105 famílias beneficiadas e 1.664 UHs, das quais 1.290 foram entregues no Chácara do Conde; Lote 8 – Centro de Parelheiros, Jardim Bosque do Sol, Jardim Iporã, Jardim Santa Terezinha, Jardim Recreio, Jardim São Norberto, Jaridm Silveira, Galileia, Dois Amores, Paulo Afonso, Vargem Grande, Luiz Rotta, Cocaia / João Cabanas, com provisão habitacional nas duas últimas, 18.932 famílias beneficiadas e 988 UHs. Finalizada a presentação do Programa Mananciais, o assessor de SEHAB/Obras, sr Caio, retomou a apresentação das ações de obras do Programa de Construção de Unidades: Zaki Narchi, Subprefeitura de Santana, uma reforma em processo licitatório; Água Branca – 5ª Etapa, subprefeitura Lapa, reforma e AVCB; Real Parque, Subprefeitura Butantã, reforma e AVCB em finalização. Prosseguiu apresentando as ações no Programa de Construção de Unidades Habitacionais, Serviços Técnicos: Córrego Jardim Colombo - 2ª Fase, parte da provisão habitacional, WPA – Monitoramento, na subprefeitura Sé, monitoramento necessário pelo ocorrido, onde serão construídas UHs utilizando recurso do Fundurb; WPA - Demolição,

finalização da demolição dos escombros; Zaki Narchi – Monitoramento, monitoramento de gás metano necessário na área; Pinhalzinho, Subprefeitura Aricanduva, projeto com valor simbólico, a licitar ainda. Informou que para o Programa de Construção de Unidades há previsão de apenas uma Aquisição de Imóvel, o Chafariz, subprefeitura de São Mateus, demanda da COHAB, que conta apenas com um valor simbólico de mil reais por estar em processo licitatório. Passou para as ações do Programa de Regularização Fundiária - Obras: Informou que há um item de Licitação para execução de obras necessárias para a Regularização, ainda em licitação e com valor simbólico de mil reais, já duas áreas na subprefeitra Guaianases o Sítio Morada do Sol e o Sítio Rosinha estão apresentadas sem valor, ainda em a licitar, para execução de escadas hidráulicas. E informou que para os Serviços Técnicos do Programa de Regularização Fundiária são solicitados cinco milhões para uma nova licitação. Continuou apresentando os Serviços Técnicos do Programa de Construção de Unidades Habitacionais, que são gerenciamentos de obras, que foram divididos em quatro lotes, e o gerenciamento Social, que foi dividido em dois lotes, havendo um contrato em andamento e previsão de uma nova licitação ao final do Exercício 2024. Finalizou apresentando quadro resumo das dotações do Plano proposto para a SEHAB que totalizou 307 milhões. Passou-se a palavra para a Diretora da SVMA, srª Isabella Armentano, que apresentou as ações propostas de sua Secretaria para o Plano 2024, iniciou apresentando quadro resumo com as dotações dos Programas de Implantação e Construção de Parques Urbanos, e suas Ampliações e Requalificações e Implamantação e Construção de Unidades de Conservação, e suas Ampliações e Requalificações que totalizam 43 milhões. Passou para o detalhamento das ações, iniciando pelo Programa de Ampliação, Reforma e Requalificação de Parques, totalizando R$ 14.6 milhões: Parque Guilherme Trote, requalificação e Amplianção, Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme, em elaboração de material técnico para licitação; Parque Pinheirinho D'Água, subprefeitura Pirituba, requalificação fase – 2; Parque Consciência Negra, subprefeitura Itaquera, em obras de requalificação; Parque Tatuapé, Subprefeitura Mooca, como discutido anteriormente na reunião, revisão do material técnico, apenas com valor simbólico para 2024; Parque Chácara do Jockey, subprefeitura Butantã, em obras de requalificação e acessibilidade. No Programa de Construção de Parques é previsto apenas uma ação, o Parque dos Búfalos, subprefeitura Cidade Ademar, em obras e com contrato de R$ 15 milhões, dos quais R$ 10.5 milhões são previstos para 2024. No Programa de Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades de Conservação é prevista apenas uma ação ainda com valor simbólico por conta de estar em elaboração de material técnico para a licitação, que é o Parque Natural Fazenda do Carmo, na subprefeitura Itaquera. No Programa de Construção e Implantação de Unidade de Conservação é prevista uma única ação, o Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva, subprefeitura Cidade Tiradentes, valor previsto de R$ 12.6 milhões, em elaboração do material técnico para a licitação sair ainda neste exercício e início de obras em 2024. E na dotação de Aquisição de Imóveis para o Programa de Construção e Implantação de Parques, apenas uma ação, aquisição de imóvel para parte da desapropriação para o Parque Praia de São Paulo, no valor de R$ 5.2 mi, subprefeitura Capela do Socorro. A Secretária de SVMA complementa que há possibilidade dessa ação sair, tendo em vista um valor menor do que o esperado no laudo de avaliação. A Conselheira Suplente do CADES questiona se a apresentação é a mesma recebida pelos Conselheiros. O Secretário Executivo informa que sim. Passou-se a palavra ao assessor de SIURB, sr. Clayton Carmo, que apresentou as ações propostas para o Plano FMSAI Exercício 2024 de sua Secretaria. Iniciou apresentando quadro resumo das dotações propostas na PLOA, que totalizam R$ 221.280.624,00, e explicou que o FMSAI é apenas umas das fontes de recursos para as ações da Secretaria, e que algumas vezes é utilizado para pagamento de Contrapartidas ou em conjunto com outras fontes. Passou a apresentar nominalmente as ações do Plano, iniciando pelas Obras do Programa de Intervenções no Sistema de Drenagem, que estão em andamento ou em projeto e totalizam R$ 143 milhões: Córrego Ibiporanga, Drenagem Laguinho Parque Jacques Cousteau, Sertanistas, Reservatório Machados, Reservatório Mooca 2, Córrego Perus - reservatório e canalização (contrapartida de financiamento), com obras bem avançadas, Reservatório Morro do "S", Canalização "Caboré" (Aricanduva) trecho 2, Córrego Botussuru, Córrego Malagoli, Córrego Olaria, Córrego Cordeiro – fase 2, Cachoeira dos Antunes, Drenagem Rua Augosto Farina (PRA), Drenagem Parque Pinheirinho D'Água, Canalização "Caboré" (Aricanduva) – trecho 1, Córrego Minerva, Drenagem Rua Jacofer, Drenagem Parque do Carmo, Córrego Pirajussara – revestimento do fundo, Reservatório Córrego Franquinho, Córrego Antonico – RA01 (DAEE) e RA 02 (Siurb), Reservatório Parque Rio Verde, Canalização Córrego Itaquera – Jardim São João, Córrego Tremembé Trecho 7, Drenagem Rua Bartholomeu do Canto / Avenida Antonio Munhoz Bonilha,

Canalização e Pôlder no Jardim Lapena, Reservatório Moinho Velho 1, Parque Chico Mendes, Parque Cipoaba, Córrego Rola Moça, Córrego Lajeago, Córrego Água Vermelha, Córrego Piraporinha, Drenagem Rua Chico Pontes, Drenagem Alto da Boa Vista, Córrego Boqueirão, Canalização Veleiros, Córrego Diniz, Córrego Jaboticabal, Lajeado Eng. Bardot, Córrego Pirajussara, Córrego São Luis, Córrego Tanquinho, Córrego Guaiaúna, Drenagem Alessandro Allori, Drenagem Rua Antenor Baptista, Drenagem Rua Giuliani, Drenagem Rua Manoel Bolivar – Jardim Carumbé, Córrego Ipiranga, Reservatório Mini Uberabinha RU-05, Reservatório Freitas, Reservatório Freitas, Reservatório Paraguai - Eguás Galeria C, Reservatório Uberaba RUB-2, Reservatório Uberabinha RUN-02, Reservatório Zavuvus RZ2, Tremembé- Horto – Galeria e adequações dos lagos, Reservatório e Pôlder Vila Leopoldina, Canalização Itaqueruna, Aricanduva – microdrenagem (remanescente lote 1), Parelheiros / Guarapiranga, Córrego Varginha, Drenagem Gethsemni, PMRR – Obras, drenagem Av. Almirante Delamare x Ribeirão dos Meninos, Obra Córrego Paciência, Jardim Pantanal – microdrenagem e pavimentação, Drenagem Av. Presidente Wilson, e Obra Buraco Sol Nascente (córrego Buracão). Na sequência apresentou as ações para Serviços Técnicos do "Programa de Intervenções no Sistema de Drenagem", iniciou pelos Projetos Executivos, que totalizam R$ 10 mi: 1 - Luz (Princesa Isabel + galeria prates); 2 - Pantanal polder, reservatório e micro drenagem; 3 - Pedreira de Guaianazes; 4 - PRAR – Programa de Redução de Alagamentos e Riscos; 5 – Reservatório Parque Rio Verde; 6 - Reservatório Verde Abegoária; 7 - Anhangabaú (reservatório Nove de Julho); 8 - Av. Alm. Delamare X Ribeirão dos Meninos; 9 - Córrego Paciência; 10 - Ipiranga (renaturalização); 11 - Reservatório Aricanduva AR4; 12 - Reservatório Cassandoca; 13 - Reservatório Tremembé R2 / R4 / R6; 14 - Reservatórios Anhangabaú (23 de maio/ Bandeiras / Avanhandava / Mercadão); 15 - Reservatórios Sapateiro (Obelisco / Mario Cardim/ Sena Madureira/ Lago Ibirapuera); 16 - Tapera; 17 - Tiquatira; 18 - Alto da Boa Vista; 19 - Antonico; 20 - Boqueirão; 21 - Boturussu; 22 - Cordeiro – Fase 2; 23 – Diniz; 24 - Jardim Lapenna (Canalização + Polder| Reservatório); 25 - Malagoli; 26 – Minerva; 27 – Olaria; 28 - Parque Cipoaba; 29 - Reservatório Cortume/Tiburtino; 30 - Reservatório João Moura; 31 -Reservatório Praça Portugal, 32 - Vila Leopoldina (Reservatório e Polder), 33 - Reservatório Uberabinha, 34 Rua Guarei-Mooca e Rua Natal, 35 - Dominique Lagru, 36 - Jd. Carumbé, 37 - Ponte Rasa, 38 - Itaquera, 39 - Itararé, 40 - Av. Alm. Delamare, 41 - Sol Nascente; e continuou com os demais serviços técnicos, explicou que tem um valor simbólico para Projetos em parceria da SVMA, se necessário; Serviços técnicos de Trabalho social; Elaboração de Material Expropriatório; Cadernos de Drenagem pela FCTH; e Gerenciamento de Obras dividido em três lotes e o Gerenciameno pela SPObras; os serviços técnicos para ações no Sistema de Drenagem totalizam R$ 59.3 milhões. Na sequência apresentou frentes de obras com previsão de desapropriações para o Programa de Intervenções no Sistema de Drenagem: para os reservatórios dos Córrego Freitas, Córrego Perus e Córrego Morro do "S" são previstas desapropriações que totalizam R$ 17 milhões, além destes foram apresentadas com valor simbólico as frentes Córrego Diniz, Córrego Malagoli, Córrego Olaria, Vila Leopoldina, Córrego Água Podre, Dois Irmãos, Córrego Uberabinha, Córrego Cordeiro, Córrego Tremembé, Paciência. Prossegui informando que para na dotação de Indenizações por Benfeitorias do Programa de Intervenções no Sistema de Drenagem é prevista apenas uma ação com valor simbólico para manter aberta a dotação, a ação no Córrego Aricanduva. Informou que na dotação de Compensações Ambientais é solicitado o valor de R$ 1 milhão, totalizando os R$ 221.280.624,00 do Plano proposto para 2024 pela SIURB. Na sequência apresentou mapa com a localização e identificação dos tipos das ações da SIURB, destacou que podem trabalhar em parceria com a Secretaria Executiva visando trazer mais transparência, lembrou também que todas as informações sobre as obras estão disponíveis no site da Prefeitura, com o sistema de Obras abertas. Continuou com apresentação de detalhamento das maiores ações, Morro do "S", Paraguai Éguas, Córrego Antonico, Rua Abegoária, Córrego Tiquatira, Córrego Tapera, Córrego Cordeiro, e Córrego Ipiranga 2 e 4. A Conselheira do CMPU solicita esclarecimentos sobre o Olaria que consta com valor simbólico, uma região com problemas recorrentes de enchentes e crescente número de moradores, demonstrou preocupação, ressaltou que tem até processo no Ministério Público sobre a região do Rebouças até o Olaria, destacou que houve uma ação da SABESP e que muitas residências não tiverem suas ligações à rede de esgoto. Demonstrou preocupação também com o grande número de reservatórios, entende que o recurso do FMSAI deveria ser aplicado em áreas mais primordiais, como a reurbanização dessas áreas, que por falta de oferta do Poder Público, foram construídas de forma inadequada pela população carente. Demonstrou também preocupação com o volume expressivo em gerenciamento de obras, e com os Cadernos de Drenagem, pois os apontamentos feitos por eles não são

atacados com a prioridade devida, destacou o exemplo de caderno que apontam prioridade para ações mais rápidas e não as mais necessárias. O assessor de SIURB concorda que há um grande número de ações e ressaltou o grande desafio que é gerenciar todas as ações, com as diversas fontes de recursos existentes, a busca por captação de novos recursos e obras imortantes como o próprio Olaria, destacou que essa é a proposta da Secretaria no momento, mas que o Orçamento ainda será votado na Câmara, e se comprometeu a levar os apontamentos e preocupações da Conselheira ao Secretário. Esclareceu ainda que sobre os reservatórios mencionados não são de captação para abastecimento, mas se trata de "piscinões", para justamente acabar com alguns alagamentos de algumas regiões. Sobre os Cadernos de Drenagem, são estudos importantes para o planejamento, destacou que o Plano Diretor de Drenagem está em construção. E sobre o gerenciamento, destacou que é essencial pela quantidade e complexidade de ações. O Secretário Executivo sugeriu, por conta do horário e para cumprimento de prazos regimentais de envio prévio dos materiais de apoio aos Conselheiros, postergar a deliberação do item seguinte da Pauta sobre a Prestação de Contas, destacou ainda que a Secretaria Executiva teve dificuldade com o fechamento dos valores pagos por conta da prorrogação dos prazos para pagamentos dos Restos a Pagar, e, na Minuta enviada aos Conselheiros, havia a sugestão de prazo de 60 dias para a SIURB enviar a Prestação de Contas, desta forma a Secretaria Executiva e SIURB teriam condições de fechar adequadamente os relatórios. Sugeriu que seja realizada uma Reunião em março para o tema, e aprovar nesta data a prioridade que é o Plano de 2024. Os Conselheiros concordaram, com exceção da Conselheira do CMPU que ressaltou não se sentir confortável em aprovar um Plano de Investimento para o próximo Exercício sem a Prestação de Contas do Exercício anterior. Passou-se a palavra à assessora de SMSUB, srª Mariana Soares Lopes, que apresentou as ações propostas por sua Secretaria para o Plano de Investimentos de 2024, apresentou tabela resumo dos valores das dotações, sendo R$ 28 milhões para Intervenções em Áreas de Risco, e R$ 15 milhões em Intervenções no Sistema de Drenagem e apresentou tabela detalhada com as informações contratuais e valores, e na sequência apresentou detalhamento obra a obra. Iniciou pelo Programa Ações em Áreas de Riscos Geológicos: na subprefeitura Butantã, Contenção e Drenagem na Rua Tasseli Ugo x Rua Juvevê; na subprefeitura Campo Limpo, Contenção Córrego Diniz (Jd. Umuarama I) Rua Langane x Rua Monforte Lemos, Contenção Vale das Virtudes Rua Liguria x RUa Luiz Carlos Moura Campos; na subprefeitura Cidade Ademar, Projeto e Execução de Talude Rua Pedro Francelino dos Santos; na subprefeitura Cidade Tiradentes, contenção taludes Rua Coração de Maçã; na subprefeitura de Itaquera, Contenção de Encosta e serviços complementares Rua Dolomites – Jd. Eliane - Distrito Cidade Líder, Projeto, Contenção e serviços complementares nas Ruas Pacarana, Irajá, Zorrilho, Tucuxi, Obra de contenção de encosta Av. Maria Luiza Americano trecho da rua Rangel de Souza; na subprefeitura de Parelheiros, Obra de contenção, drenagem e pavimentação Rua Forte de Alcântara - Jardim Iporã; na subprefeitura de São Mateus, Obra de recuperação e contenção de margem Rua Rubens Coltrim - Jd Santa Adélia. Na sequência apresentou as obras do Programa de Intervenções no Sistema de Drenagem: na subprefeitura Pirituba / Jaraguá, reconstrução de GAP, canalização, e Implantação de Parque na Rua Manuel Alvares Passos - Bacia do Rio Verde, sob Parque Rodrigo de Gasperi; na subprefeitura Santana / Tucuruvi, Construção e ampliação de GAP Rua Geneve, rua Prof. Antonio Manoel Faria e rua Terezinha Maria Matilde de Leão; na subprefeitura Vila Prudente, obra de GAP e drenagem rua Baía Grande - Vila Bela; e na subprefeitura Santo Amaro, obra de drenagem Rua Otávio Tarquínio de Souza. Terminadas as apresentações das propostas das Secretarias Executoras, o Secretário Executivo apresentou a Minuta da Resolução 95 que aprova o Plano de Investimentos do FMSAI para 2024, e apresentou tabela resumo das dotações enviadas na PLOA e conforme solicitado pelas Secretarias Executoras, sendo a única diferença entre elas nas dotações da SMSUB que utilizou apenas a dotação de Obras de Áreas de Risco Preventivas, não Emergenciais. Passada para Deliberação, a Resolução 95, aprovada por maioria, voto contrário da Conselheira representante do CMPU, que justificou ser contrária por não ter ocorrido a Prestação de Contas do Exercício 2022, pela falta de informações e processos no Plano de algumas Secretarias, e contrária ao Inciso II, que permite o Presidente do Conselho autorizar remanejamentos dentro de uma dotação entre ações já aprovadas. A configuração do Plano de Investimentos para 2024 apresentou os seguintes valores: a) para a SEHAB, o montante global de R$ 307.334.200,00 sendo: para o Programa de Construção de Uhs: (obras) R$ 5.800.000,00, (serviços técnicos) R$ 40.121.249,00 (aquisição de áreas) R$ 1.000,00, (indenização por benfeitorias) R$ 1.000,00; para o Programa Regularização Fundiária: (serviços técnicos) R$ 5.000.000,00 e (obras) 1.000,00; para o Programa de Urbanização de Favelas: (obras) R$ 49.922.262,00, e (serviços

técnicos) R$ 42.747.645,00; para o Programa Mananciais: (obras) R$ 137.683.256,00, e (serviços técnicos) R$ 26.056.788,00; b) para SIURB o montante de R$ 221.280.624,00 sendo, para Intervenções no Sistema de Drenagem sendo: (obras) R$ 143.662.483,00, (serviços técnicos) R$ 59.386.973,00, (Aquisição de áreas) R$ 17.230.168,00, (Indenizações por Benfeitorias) R$ 1.000,00 e (Compensações Ambientais) R$ 1.000.000,00; c) para a SMSUB o montante de R$ 43.026.788,00, sendo R$ 15.000.000,00 para Obras de Intervenções no Sistema de Drenagem e R$ 28.026.788,00 para Obras em Áreas de Riscos Geológicos; e d) para SVMA o montante de R$ 43.026.788,00, sendo R$ 10.500.000,00 para Obras em Construção de Parques Urbanos e Lineares, R$ 14.675.788,00 para Ampliação, Reforma e Requalificação de Parques Urbanos e Lineares, R$ 12.600.000,00 Obras em Construção e Implantação de Unidades de Conservação, R$ 1.000,00 para Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades de Conservação e R$ 5.250.000,00 para desapropriações para Implantação de Parques. Totalizando R$ 614.668.400,00. O Secretário Executivo apontou que o próximo item da pauta seria a **(6) Prestação de Contas**, mas adiado conforme concordado anteriormente, por conta do avançado da hora e como já seria dado um prazo de 60 dias para a SIURB finalizar a Prestação de Contas, e para cumprimento do prazo regimental de envio prévio do material com 15 dias de antecedência. Passou-se para o Item **(7) Aprovação do Calendário 2024**, o Secretário Executivo apresentou a sugestão de datas para três Reuniões Ordinárias do Conselho Gestor do FMSAI: 06 de março, 21ª Reunião Ordinária, para tratar da Prestação de Contas e eventuais ajustes; 05 de junho, 22ª Reunião Ordinária, para Prestação Parcial e discussão sobre LOA 2025; e 04 de dezembro, 23ª Reunião Ordinária para Aprovar Plano 2025. O Conselho aprovou o calendário 2024, conforme a sugestão. Nada mais a tratar a Vice-Presidente do Conselho Gestor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16:30. Em 13 de dezembro de 2023.

Ivan Shirahama Loureiro de Lima
Chefe de Equipe II
Em 07/02/2024, às 15:03.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processos.prefeitura.sp.gov.br, informando o código verificador **097944838** e o código CRC **236E8237**.

Referência: Processo nº 6014.2023/0004472-2 SEI nº 097944838